

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, DR. ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS**

ADITIVO (2)

**JOÃO ALMEIDA**, brasileiro, Deputado Federal pelo PSDB-BA, Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, com endereço funcional na Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 452 (61-3215-5452), Brasília – DF; **ALVARO DIAS**, brasileiro, Senador da República pelo PSDB-PR, Vice-Líder do PSDB no Senado Federal, com endereço funcional no Senado Federal, Ala Senador Nilo Coelho, Gabinete 10 (61-3303-4059), Brasília-DF; **GUSTAVO FRUET**, brasileiro, Deputado Federal pelo PSDB-PR, Líder da Minoria na Câmara dos Deputados, com endereço funcional na Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 821 (61-32155821), Brasília-DF; **PAULO BORNHAUSEN**, brasileiro, Deputado Federal pelo DEM-SC, com endereço funcional na Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 708 (61-3215-5708) vêm, respeitosamente, com fundamento na alínea “a” do inciso XXXIV do art. 5º e no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, **ADITAR** a representação anterior, solicitando a Vossa Excelência a adoção das providências cabíveis a respeito de graves fatos que continuam sendo investigados e divulgados na imprensa nacional e que indicam a ocorrência dos crimes de tráfico de influência, formação de quadrilha, concussão, prevaricação, além daqueles capitulados na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n 8429/1992) e na Lei do Servidor Público (Lei nº 8.112/1990), **todos envolvendo de alguma forma as ex-ministras da Casa Civil, Dilma Rousseff e Erenice Guerra.**

Na representação principal, já encaminhada a Vossa Excelência, EM 14/09/2010, encaminhamos a denúncia publicada pela revista Veja, em sua edição veiculada em 11/09/2010, cujo editorial sob o título “**Sobre a cabeça de Lula**” dizia o seguinte:

“Existem evidências de que a ministra, pessoa da intimidade e da mais estrita confiança de Dilma Rousseff, é responsável pelo sucesso dos negócios do filho com órgãos públicos. Empresários que desfrutaram da confiança de Israel e Erenice contam que a ministra participa de reuniões com clientes do filho e se compromete a abrir portas. 84 milhões de reais nos Correios mediante a intervenção direta de Erenice Guerra, a cuja presença ele foi levado pelo filho. O negócio só saiu depois de assinado compromisso de pagamento de uma "taxa de sucesso" de 6% do valor dos contratos, cujo destino manifesto pelos lobistas-familiares-assessores-militantes petistas seria saldar "compromissos políticos".

As investigações da Imprensa continuaram, o que motivou um **ADITIVO** (I) à Representação Principal, com informações complementares à denuncia de tráfico de influência que poderia estar ocorrendo na Casa Civil da Presidência da República, sob o comando da principal assessora e substituta da Ministra Dilma Rouseff, a ex-Ministra Erenice Guerra.

Cabe ressaltar, que a investigação prometida pelos órgãos competentes, vinculados ao Poder Executivo, tais como Polícia Federal, CGU e Comissão de Sindicância da Casa Civil não estão avançando, haja visto o silêncio dos envolvidos e prorrogações de prazos, a exemplo da Portaria nº 628 de 15 de outubro de 2010 da Casa Civil, publicada no D.O.U de 18/10/2010.

Como Vossa Excelência pode perceber, as denúncias não foram esgotadas pela mídia, o que nos leva, no exercício de nossas atribuições

constitucionais, a apelar a Vossa Excelência, encaminhando, para conhecimento, as últimas notícias publicadas sobre outras irregularidades envolvendo, além das ex-Ministras Dilma Rousseff e Erenice Guerra, dirigentes de empresas estatais, e outros servidores públicos a elas vinculados, solicitando seja recebido o presente aditamento à representação principal.

As irregularidades e o tráfico de influência de aliados de Dilma Rousseff parecem estender-se por outros ministérios, conforme reportagem da revista Veja, em sua edição de 13 de outubro de 2010:

### **“Faltam 5 milhões**

Companheira de cela e ex-assessora de Dilma Rousseff foi investigada pelo TCU e pelo Ministério de Minas e Energia por contrato sem licitação que deixou rombo milionário

Diego Escosteguy

A uruguaia Maria Cristina de Castro era uma jovem sindicalista e simpatizante do Partido Socialista quando se apaixonou pelo brasileiro Tarzan de Castro, militante de esquerda exilado em Montevideu. Corriam os primeiros anos da década de 70. Os regimes militares no Brasil e no Uruguai adernavam em suas horas mais sombrias, determinados a caçar quem lhes fizesse oposição. "Nós nos conhecemos no camburão", contou Cristina de Castro a VEJA, numa entrevista há duas semanas. Em 1970, ela e o companheiro fugiram para o Brasil. Pouco tempo depois, no entanto, a polícia estourou o esconderijo dos dois. Presa e acusada de atividades subversivas, a uruguaia foi transferida para o Presídio Tiradentes, em São Paulo. Lá, veio a conhecer a companheira de guerrilha que, trinta anos depois, mudaria o destino de sua vida: Dilma Vana Rousseff, presa por militância no grupo de extrema esquerda VAR-Palmares. Conta Cristina: "Dividíamos um beliche na cela. Partilhávamos tudo, nossa intimidade. Ela se tomou uma grande amiga". Dilma a apelidou carinhosamente de Tupamara, referência aos Tupamaros, grupo guerrilheiro que desafiava a ditadura militar uruguaia.

Finda a temporada na cadeia, cada uma seguiu seu caminho. Em 2003, quando Lula assumiu a Presidência da República, a companheira de cela de Cristina tomou-se ministra de Minas e Energia. Dilma se lembrou da Tupamara, que morava em Goiânia e militava no PT. "Dilma me chamou para trabalhar diretamente com ela", disse Cristina de Castro, nomeada assessora especial no gabinete da amiga. Não se sabe o que credenciou a uruguaia a exercer um cargo tão relevante e estratégico - a não ser a "grande amizade" com a candidata petista à Presidência. Dilma deixou a Pasta de Minas e Energia em 2005 para ocupar a chefia da Casa Civil. Cristina de Castro continua ali até hoje. Já viajou seis vezes ao Uruguai com as despesas custeadas pelos brasileiros que pagam impostos.

Os auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) e técnicos do Ministério de Minas e Energia, porém, acusam Cristina de Castro de conduta imprópria que vai muito além, em volume de dinheiro, de viajar ao país natal por conta dos cofres nacionais. As suspeitas dizem respeito a um contrato de 14 milhões de reais, dos quais 5 milhões podem ter sido desviados. O caso remonta ao primeiro ano do governo, quando Dilma baixou uma portaria concedendo "plenos poderes" à amiga para que coordenasse a modernização da área de informática da pasta. O que fez a assessora? Em vez de elaborar um plano, montar um projeto e licitar os serviços e produtos necessários, Cristina de Castro entregou tudo ao CPqD - fundação privada com sede em Campinas que, até as privatizações dos anos 90, pertencia ao sistema Telebrás. Essa fundação faz pesquisas e

presta serviços de informática. O CPqD recebe milhões de reais por ano de fundos públicos e tem reconhecida competência em muitas áreas de atuação. Não obstante, a fundação CPqD é uma das que mais trabalho dão aos auditores do TCU. Em outubro de 2003, a assessora uruguaia assinou o contrato de 14 milhões de reais, sem licitação, com aquela fundação.

O dinheiro foi pago, mas deu tudo errado - ao menos para o contribuinte. Os serviços não foram inteiramente prestados. O pagamento sim, este foi integralmente entregue. O TCU apontou um rosário de ilegalidades no contrato. Não se cumpriram os mais elementares requisitos formais. O plano de modernização, que deveria servir de fundamento para uma posterior licitação dos serviços, foi produzido pelo próprio CPqD. Segundo o TCU, a pasta deveria ter feito licitação. Houve um pagamento de 4,8 milhões para a criação de um "sistema de acompanhamento", que nunca entrou no ar. Escreveram os auditores: "O mencionado sistema encontra-se abandonado, sem nenhuma serventia". Diante do descalabro, em 2005 os técnicos recomendaram a aplicação de multa à assessora Cristina de Castro. Auditores internos da pasta corroboraram a existência das ilegalidades. O resultado da sindicância, contudo, morreu nas gavetas da assessoria jurídica do ministério. Quem era a chefe desse setor quando Dilma era ministra? Erenice Guerra, que dispensa apresentações.

O processo tramitou lentamente no TCU. Por coincidência ou não, o embaraçoso assunto para a candidata Dilma foi resolvido há poucas semanas. O ministro Raimundo Carreiro, ex-funcionário do Congresso e indicado para o cargo pelo senador governista José Sarney, decidiu levar o caso a plenário. Reconheceu as ilegalidades, mas disse que não haveria razão para punir a Tupamara. Seu voto foi acolhido pela corte. Durante uma semana, VEJA pediu ao Ministério de Minas e Energia, sem sucesso, acesso à prestação de contas do contrato. Na última quinta-feira, a reportagem foi à sede do ministério, identificou-se na portaria e se dirigiu à sala onde ficam esses documentos. Pediu acesso e foi prontamente atendida. Enquanto manuseava a papelada, assessores da pasta assomaram ao local e em ato truculento expulsaram a reportagem. Disse uma assessora, no rompante típico da mentalidade que confunde público e privado "Não é qualquer um que chega aqui e pode olhar o processo. Isso aqui não é sua casa". Procurado, o presidente do CPqD, Hélio Graciosa, informou: "Não fomos acionados pelo TCU. Mas tenho certeza de que não recebemos sem fazer o serviço".

Por outro lado, não se pode ignorar que as denúncias de tráfico de influência por parte da senhora Erenice Guerra junto aos contratos da Empresa de Correios vem trazendo muitos prejuízos aos cofres públicos, conforme denuncia o jornal O Estado de São Paulo, de 10/10/2010:

### **Nomeado de Erenice nos Correios fecha contrato superfaturado em R\$ 2,8 mi**

Relações suspeitas. Documentos obtidos pelo Estado mostram que a nova direção da estatal, escolhida pela então ministra da Casa Civil, manobrou para ressuscitar uma licitação que havia sido cancelada três meses antes pelo comando demitido da estatal Leandro Cólón e Karla Mendes - O Estado de S.Paulo

O presidente dos Correios, David José de Matos, e a diretoria da estatal aprovaram um contrato superfaturado em R\$ 2,8 milhões para favorecer uma empresa de carga aérea. Documentos obtidos pelo Estado mostram que a nova direção da estatal, nomeada pela então ministra-chefe da Casa Civil, Erenice Guerra, manobrou para ressuscitar, em agosto, uma licitação que havia sido cancelada três meses antes pelo comando demitido da estatal.

Os documentos da presidência dos Correios e os registros dos pregões revelam o esforço da nova diretoria, que assumiu no dia 2 de agosto, para, duas semanas depois da posse, entregar à Total Linhas Aéreas um contrato de R\$ 44,3 milhões.

A licitação foi concluída em meio à crise que derrubou Erenice da Casa Civil. Coube ao presidente Davi de Matos e seus diretores aprovarem no dia 15 de setembro, um dia antes da demissão da ministra, a contratação da Total, como mostra a ata da 36.ª reunião interna do comando da estatal. O contrato foi publicado no Diário Oficial da União de 4 de outubro, um dia depois do primeiro turno eleitoral. No período de um ano, a Total vai transportar cargas dos Correios no trecho Fortaleza-Salvador-São Paulo-Belo Horizonte.

Alerta. Tudo começou no dia 2 de junho, quando um pregão foi feito para o serviço pelo preço limite de R\$ 41,5 milhões. A Total entrou sozinha no leilão e ofereceu R\$ 47 milhões. A proposta foi recusada pelos Correios. "Solicito a redução do último valor proposto ao preço de referência, sob pena de ter sua proposta desclassificada do certame", disse o pregoeiro, segundo registro eletrônico. A empresa não mudou o preço e a licitação foi anulada.

Para conseguir o contrato de R\$ 44,3 milhões, na licitação de agosto - com posterior aprovação da manobra pela diretoria, em setembro -, a Total contou com o apoio de outro personagem central da crise dos Correios, o coronel Eduardo Artur Rodrigues Silva, então nomeado diretor de Operações.

Em agosto, o coronel foi procurado pelos donos da Total para tentar reverter juridicamente o pregão revogado em junho. A empresa MTA, que ganhara na Justiça uma licitação dos Correios, foi consultada sobre a possibilidade de orientar a Total a conseguir fechar esse contrato. O objetivo, naquele momento, era tentar transformar as duas empresas de carga aérea no embrião da unidade de logística que o governo pretende criar em 2011 - uma sociedade mista entre governo e empresas privadas avaliada em US\$ 400 milhões.

A solução dada foi fazer uma nova licitação no dia 19 de agosto. Dessa vez, os Correios subiram de R\$ 41,5 milhões para R\$ 42 milhões o preço máximo para contratação. Mais uma vez, só a Total participou dos lances.

Chegou ao preço de R\$ 44,3 milhões e avisou que não poderia mais reduzir o valor, apesar dos alertas do pregoeiro: "Solicitamos que a arrematante faça mais uma revisão em sua planilha de custos, reduzindo sua proposta para, pelo menos, o valor estimado da contratação."

O artigo 48 da Lei de Licitações é claro. Diz que serão desclassificadas "propostas com valor global superior ao limite estabelecido". Já o artigo 40 veda faixas de variação em relação a preços de referência. Diante do conflito legal, o resultado do pregão foi remetido ao coronel Artur, que era o diretor de Operações.

"Excepcional". Num relatório de 13 páginas, a que o Estado teve acesso, ele deixa de lado os alertas no pregão e justifica a contratação da Total Linhas Aéreas por um preço R\$ 2,8 milhões acima do valor estipulado na licitação revogada em junho e R\$ 2,3 milhões superior ao preço definido no edital da segunda concorrência. Segundo ele, os métodos dos Correios para chegar a uma estimativa "não são absolutamente precisos". "Fato este que permite a homologação excepcional de licitações por valor acima do previamente estimado em decorrência da variação normal de mercado e desde que haja interesse público", diz.

O parecer do ex-diretor foi então submetido em 15 de setembro ao comando dos Correios. David José de Matos, amigo e colega de Erenice desde os tempos em que trabalharam na Eletronorte, dirigiu a reunião que aprovou a contratação da Total por R\$ 44,3 milhões, vigorando por 12 meses. O contrato foi publicado na semana passada. Na ata estão os nomes dele, do coronel Artur e dos diretores Décio Braga d Oliveira, Ronaldo Takahashi de Araújo, José Osvaldo Fontoura e Nelson Luiz de Freitas. No dia seguinte, Erenice Guerra pediria demissão da chefia da Casa Civil, em meio ao escândalo envolvendo assessores e parentes dentro do governo.

O coronel Artur demitiu-se no dia 19 de setembro, depois de o Estado revelar que era testa de ferro de um empresário argentino na MTA, outra empresa contratada pelos

Correios e personagem da queda de Erenice Guerra da Casa Civil. Um filho de Erenice, Israel, fez lobby e cobrou propina para ajudar a MTA.

### **Escândalos rondam empresa no governo Lula**

Leandro Cólón e Karla Mendes - O Estado de S.Paulo

O esforço do novo comando dos Correios para contratar e pagar R\$ 2,8 milhões a mais para uma empresa aérea é um novo capítulo na vida de uma empresa estatal que tem sido palco de irregularidades e escândalos em sequência no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que começou o escândalo do mensalão, em 2005 - crise que derrubou o ministro José Dirceu da Casa Civil e até ameaçou o cargo do presidente da República.

Cinco anos depois, a novela se repete, pelo menos na Casa Civil. Lula e a então ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, prometeram fazer uma limpeza nos Correios, dominado majoritariamente por grupos do PMDB nos últimos anos. Trocaram o presidente e alguns diretores, mas não mudaram os métodos. Davi de Matos foi nomeado para a presidência. Meses antes, uma filha dele ganhou um emprego de assessora de Erenice - um dos filhos da ministra, Israel Guerra, era funcionário fantasma da Terracap, órgão do governo do Distrito Federal que já teve Davi de Matos como presidente.

Erenice nomeou para a Diretoria de Operações o coronel Artur Rodrigues, testa de ferro do empresário argentino Alfonso Rey na Master Top Linhas Aéreas (MTA). O jovem Israel Guerra, filho de Erenice, é investigado por suspeita de cobrar propina para ajudar a MTA no governo antes da chegada do coronel Artur aos Correios.

Por trás dos acertos estava a ideia de montar e dirigir a empresa de logística (sociedade mista entre governo e capital privado) do governo Lula - uma promessa de Erenice dentro do Planalto.

O argentino Alfonso, que vive em Miami, já havia sido consultado pelo coronel Artur sobre uma possível aliança com a Total Linhas Aéreas. O dono da Total, Alfredo Meister, é amigo pessoal do coronel. Pediu a ajuda dele em dezembro para solucionar um impasse dentro do governo sobre uma inspeção antirruído nos aviões. O coronel caiu no mês de setembro.

Erenice pediu demissão para evitar desgaste político na campanha de Dilma Rousseff e a MTA está à beira da falência. Por enquanto, Total Linhas Aéreas e Davi de Matos estão a salvo.

No jornal O Estado de SP, de 11/10/2010:

### **Procurador quer anular contrato superfaturado dos Correios**

Acordo firmado por diretoria nomeada por ex-ministra da Casa Civil será investigado pelo TCU

Leandro Colon e Karla Mendes, de O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O contrato superfaturado pelos Correios em R\$ 2,8 milhões para favorecer a Total Linhas Aéreas será investigado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O procurador Marinus Marsico, representante do Ministério Público no tribunal, defendeu no domingo, 10, a anulação dessa licitação, aprovada em setembro pelo presidente da estatal, David José de Matos, e sua diretoria.

"O valor acima do estimado deveria resultar no fracasso da licitação, e não na contratação", afirmou. O procurador anunciou que pedirá toda documentação do processo de contratação da empresa. "Vamos requerer mais essa documentação, juntá-la às que já recebemos dos Correios sobre outras contratações recentes e investigar todas em conjunto da maneira mais aprofundada possível", disse.

O Estado revelou no domingo detalhes da operação que levou à contratação direcionada da Total por R\$ 44,3 milhões, um preço R\$ 2,8 milhões acima do estipulado pelos próprios Correios em junho. Documentos obtidos pela reportagem mostram que a nova direção da estatal, nomeada pela então ministra-chefe da Casa Civil, Erenice Guerra,

manobrou para ressuscitar, em agosto, uma licitação que havia sido cancelada três meses antes pelo comando demitido do órgão. Somente a Total participou da concorrência. "O fato mais sério desses eventos é a aparente restrição à competição. Será que no Brasil só existe a empresa contratada interessada no serviço?", questionou o procurador do TCU.

O presidente Davi de Matos e seus diretores aprovaram no dia 15 de setembro, um dia antes da demissão de Erenice, a contratação da Total. O contrato foi publicado no Diário Oficial da União de 4 de outubro, um dia depois do primeiro turno eleitoral. A Total vai transportar cargas no trecho Fortaleza-Salvador-São Paulo-Belo Horizonte.

O procurador do TCU ainda questionou a eliminação da Rio Linhas Aéreas do pregão realizado em 19 de agosto. A empresa chegou a fazer uma proposta inicial, mas foi excluída da disputa após uma "pane" no sistema eletrônico da concorrência. "Qual a razão de não insistir também com a outra empresa que, declaradamente, não participou do certame por motivos meramente circunstanciais?", rebateu Marinus.

Processo

Tudo começou no dia 2 de junho, quando um pregão foi feito pelo preço limite de R\$ 41,5 milhões. A Total entrou sozinha e ofereceu R\$ 47 milhões. A proposta foi recusada pela antiga direção dos Correios. Para conseguir o contrato de R\$ 44,3 milhões, na licitação de agosto, a Total contou com o apoio do coronel Eduardo Artur Rodrigues Silva, então nomeado diretor de Operações. O coronel foi procurado pelos donos da Total para tentar reverter juridicamente o pregão revogado em junho. O objetivo, naquele momento, era tentar transformar a Total e a MTA, empresas de carga aérea, no embrião da unidade de logística que o governo pretende criar em 2011 - uma sociedade mista entre governo e empresas privadas avaliada em US\$ 400 milhões.

Uma nova licitação ocorreu no dia 19 de agosto. Dessa vez, os Correios subiram de R\$ 41,5 milhões para R\$ 42 milhões o preço máximo para contratação. Mais uma vez, só a Total participou dos lances. Deu o preço de R\$ 44,3 milhões e avisou que não poderia mais reduzir o valor, apesar dos alertas do pregoeiro. O caso foi parar nas mãos do coronel Artur, que ordenou a contratação da Total "em decorrência da variação normal de mercado e desde que haja interesse público". O parecer do ex-diretor foi submetido em 15 de setembro ao comando dos Correios. O presidente David José de Matos dirigiu a reunião que aprovou a contratação da Total por R\$ 44,3 milhões, vigorando por 12 meses.

No dia seguinte, Erenice Guerra pediu demissão da chefia da Casa Civil, em meio ao escândalo envolvendo assessores e parentes dentro do governo. O coronel Artur demitiu-se no dia 19 de setembro, depois de o Estado revelar que era testa de ferro de um empresário argentino na MTA, outra empresa contratada pelos Correios e personagem da queda de Erenice Guerra da Casa Civil. Um filho de Erenice, Israel, fez lobby e cobrou propina para ajudar a MTA.

No jornal O Estado de SP, de 12/10/2010:

### **MTA perde contrato, leva multas todo dia e pode parar de voar para Correios**

Relações suspeitas. Personagem da crise que provocou a queda de Erenice Guerra da Casa Civil, empresa aérea não tem dinheiro para pagar combustível, procura fornecedores para fazer acordos e obriga estatal a realocar carga em outras transportadoras

Karla Mendes e Leandro Colon - O Estado de S.Paulo

Personagem da crise que derrubou a ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra, a empresa Master Top Linhas Aéreas (MTA) caminha para fechar as portas e abandonar os contratos que mantém com os Correios. Desde 27 de setembro, a companhia não está operando grande parte dos contratos das linhas de transporte de carga aérea postal. E tem levado multas diárias por causa disso. Não tem dinheiro para combustível e começa a procurar fornecedores para fazer acordos.

O empresário argentino Alfonso Rey, dono oculto da empresa, já disse aos diretores no Brasil que, se a situação financeira piorar, pretende retirar do País os aviões que alugou para a MTA funcionar. O peruano Orestes Romero, que dirigia a empresa no Brasil, foi para o exterior desde o início da crise e não voltou mais.

**Na semana passada, o Estado revelou que a MTA perdeu na Justiça o contrato de R\$ 44,9 milhões que havia ganho com uma liminar. Na verdade, ela venceu a licitação em julho, mas não entregou documentos no tempo exigido. Foi desclassificada e recorreu à Justiça, onde garantiu uma liminar.**

Enquanto o negócio estava sendo decidido pela disputa judicial, os Correios fizeram um contrato de emergência de R\$ 19 milhões com a própria MTA, com vencimento em novembro. Agora, com a derrota na Justiça, a empresa perdeu esse contrato e deixou de ter o de R\$ 44,9 milhões, que passou a ser operado pela Rio Linhas Aéreas. A linha licitada é uma das mais estratégicas para os Correios, porque representa 13% do valor total da malha e 14% da capacidade de carga contratada.

Pregão diário. Desde maio, a empresa já vinha sendo multada por atrasos na operação das linhas. Até agosto, teve pelo menos R\$ 1,1 milhão aplicado em multas. Nesse montante, ainda não estão contabilizadas as penalidades aplicadas em setembro e outubro, meses em que a situação ficou crítica - antes de executar as multas os Correios dão direito de defesa à empresa.

"A MTA começou a falhar. Ela não vai aguentar", admitiu o presidente dos Correios, David José de Matos. Para resolver emergencialmente as falhas na atuação da MTA estão sendo contratados diariamente espaços disponíveis em aeronaves de outras companhias por meio de pregão eletrônico. Sem o contrato emergencial de R\$ 19 milhões, a MTA ficou com três contratos de R\$ 40 milhões.

A MTA está no centro da crise que derrubou Erenice Guerra da Casa Civil. Um filho dela, Israel, fez lobby e cobrou propina para ajudar a empresa dentro do governo.

O nome da MTA apareceu pela primeira vez no cenário político em 29 de agosto, quando o Estado revelou que o então diretor de operações da estatal, coronel Eduardo Artur Rodrigues Silva, dirigiu nos últimos anos a empresa contratada pelo governo. O coronel pediu demissão em 20 de setembro, depois de o Estado revelar que ele é testa de ferro do argentino Alfonso Conrado Rey, um empresário que mora em Miami, verdadeiro dono da MTA.

O advogado da MTA, Marcos de Carvalho Pagliaro, disse que a empresa passa por dificuldades financeiras, mas afirmou que pretende continuar operando os outros contratos vigentes com os Correios. A MTA depende desses contratos públicos e não costuma ter grande atuação no ramo privado.

No Jornal Folha de São Paulo, de 12/10/2010:

### **MTA pede autorização para ampliar vôos**

Companhia é investigada pela PF por suposto envolvimento em lobby na Casa Civil  
MATHEUS LEITÃO, FERNANDA ODILLA - DE BRASÍLIA

A empresa aérea MTA pediu autorização para fazer 30 voos charters (não regulares) para transporte de carga para Miami (EUA) nos próximos três meses, apesar de não operar desde o dia 29 de setembro para os Correios. A informação foi confirmada à Folha pela Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) na tarde de ontem.

O pedido foi feito na terça-feira, mas a autorização ainda depende de resposta da agência de aviação norte-americana. Os novos voos foram solicitados mesmo com as rotas regulares para Miami, aos sábados e domingos, que a MTA já tem.

Investigada pela PF, a MTA é uma das empresas que teriam usado o esquema de lobby na Casa Civil.

A companhia obteve contratos com os Correios após contato com a empresa dos filhos da ex-ministra Erenice Guerra, que perdeu o cargo após as revelações.

Os voos charters da MTA para Miami permitem voar sem prazo de volta para o Brasil. "Uma vez que o avião sai do território nacional, que garantia temos que ele volta?", disse o advogado Douglas Silva Telles à Folha.

Ele pretende ingressar na Justiça para impedir a saída do Brasil dos aviões (três DC-10 e um Airbus). O advogado prestou serviços à companhia e agora teme não receber seus honorários.

A polícia investiga se os donos da MTA são laranjas do argentino Alfonso Rey, que vive em Miami (EUA). A legislação brasileira impede que estrangeiros controlem empresas aéreas.

O advogado da MTA, Marcos Pagliaro, nega que a empresa pretenda retirar aviões do país para não quitar dívidas e multas. Pagliaro confirmou que a MTA enfrenta dificuldade financeira para cumprir os contratos com os Correios, mas pretende retornar as atividades no setor privado, o que justificaria o pedido dos voos charters.

Três funcionários da MTA, que pediram anonimato, disseram ontem que ao menos 12 empregados foram demitidos neste mês porque a empresa desistiu de comprar nova avião que transportaria cargas para o Nordeste.

Por ter deixado de operar para os Correios, a MTA já foi multada em R\$ 727.981,01. A estatal abriu em 8 de outubro um processo de rescisão do contrato com a MTA, que tem dez dias para apresentar sua defesa. O contrato engloba as linhas Guarulhos-Salvador e Guarulhos-Recife.

O governo editou ontem medida provisória para prorrogar até 11 de junho de 2011 o processo de licitação das agências franqueadas dos Correios. Cerca de 1.200 agências foram distribuídas politicamente nos últimos 20 anos. O governo diz que não houve tempo para a licitação.

No jornal O Globo, de 13/10/2010:

#### **Desfecho da crise anunciada**

Pivô do escândalo Erenice Guerra, MTA agora atrasa entregas e causa prejuízo aos Correios

Fábio Fabrini BRASÍLIA

Onze meses depois de a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) dar aval para que a Master Top Linhas Aéreas (MTA) continuasse voando, mesmo tendo detectado o risco de paralisação de seus serviços por problemas financeiros, a empresa está em crise financeira e não honra mais seus compromissos com os Correios, o que causa prejuízos ao contribuinte. A MTA foi pivô do escândalo que derrubou a ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra. A Polícia Federal investiga a denúncia de que a Anac teria aprovado a renovação da concessão da empresa após a intervenção de Israel Guerra, filho de Erenice, que teria recebido propina para deslanchar o processo.

Erenice nega envolvimento.

O presidente dos Correios, David José de Matos, confirmou os problemas da MTA, ontem, e disse que a contratação de concorrentes para substituí-la custará mais ao governo. Em entrevista ao GLOBO, ele adiantou que a companhia deverá perder os contratos com os Correios e ficar proibida de operar linhas de transporte de cargas postais por cinco anos.

A MTA vem sendo multada pelos Correios por atrasos ou descumprimento de voos da malha postal. Para manter as entregas, a estatal é obrigada a comprar, a preços mais altos, espaço em aeronaves de concorrentes, mediante pregões diários.

Numa contratação regular, paga-se por um pacote de voos e os aviões só podem levar encomendas da estatal. Numa emergência, o governo fica sujeito à disponibilidade das companhias, inclusive as que operam o transporte regular de passageiros — o que, invariavelmente, cria uma relação desvantajosa.

David de Matos não informou os valores que têm sido desembolsados para substituir a MTA: — Esse número depende muito do dia. Varia, mas é mais caro do que um contrato normal.

MTA é multada desde maio

Ele afirmou ontem que a proibição de ter negócios com os correios por cinco anos é a punição máxima pelo descumprimento de cláusulas do transporte. Um processo administrativo será aberto para avaliar o caso. Após a empresa apresentar suas alegações, a área técnica definirá as penalidades.

A decisão será da diretoria da estatal, mas uma notificação avisando sobre as multas e cobrando as explicações já foi enviada.

— Estou falando sem ter os números nas mãos, mas, provavelmente, ela vai ter dificuldades de manter esses contratos — adiantou Matos, prometendo que não haverá concessões à prestadora de serviços: — Os Correios, desde 2005, depois que houve aquela questão toda que levou ao mensalão, são muito rigorosos em tudo o que fazem. Não tem colher de chá com contrato não cumprido. Não tem esse negócio de mandar carta ao presidente, de mandar deputado ou senador ir lá pedir para refrescar. Não tem isso.

A MTA opera hoje linhas Guarulhos-Salvador e Guarulhos-Recife para os Correios. Ambas são consideradas secundárias. Contudo, recentemente perdeu na Justiça o direito de fazer a rota Guarulhos-Brasília-Manaus, uma das mais rentáveis.

A MTA havia sido desclassificada em licitação para prestar o serviço e obteve liminar para suspender a contratação da nova empresa.

A decisão caiu recentemente, garantindo à Rio Linhas Aéreas o contrato, de R\$ 44 milhões.

Foi um baque duplo, já que, enquanto a pendenga não se resolvia, a MTA prestava o serviço por um contrato emergencial de R\$ 19 milhões, que perdeu. Conforme reportagem do jornal “O Estado de S. Paulo”, a MTA vem sendo multada desde maio por atrasos, mas a situação ficou crítica mês passado.

Falta dinheiro para combustível e fornecedores têm sido procurados para negociar débitos.

Parecer da Anac, do fim do ano passado, já apontava uma série de problemas, como má gestão, endividamento alto e risco de descontinuidade do serviço. Mesmo assim, a diretoria da agência renovou a concessão da empresa, o que abriu caminho para os negócios com os Correios. Israel Guerra é acusado de receber R\$ 125 mil de propina pelo tráfico de influência junto ao governo.

Questionada, a Anac informou ontem que a análise da situação financeira não era impedimento para que a MTA voasse, e que o acompanhamento de suas operações é permanente. Até ontem, a empresa não havia comunicado paralisação das atividades à agência, tampouco a retirada das aeronaves do país. Procurado, o advogado da MTA, Marcos Pagliaro, não foi localizado até o fim da noite.

O presidente dos Correios tentou justificar que não cabe à estatal questionar as decisões da Agência de Aviação Civil.

— Estaria me metendo em outra área — disse David de Matos.

O ministro das Comunicações, José Artur Filardi, disse ontem que considera satisfatórias as justificativas de Matos, mas que conversará com ele sobre o caso.

Matos nega pressão para deixar o cargo

O presidente dos Correios contestou outra acusação — esta publicada pelo “Estado de S. Paulo” no último domingo — de que teria aprovado contrato superfaturado em R\$ 2,8 milhões para favorecer a empresa Total Linhas Aéreas no transporte de cargas. Consultoria contratada pela estatal fixou em pregão eletrônico o preço do serviço em até R\$ 41,5 milhões, mas a empresa conseguiu fechar o contrato por R\$ 44,3 milhões, 6,75% mais do que o teto. Contudo, segundo o presidente dos Correios, o valor é 8% menor do que o preço médio praticado no mercado, conforme consulta feita pela estatal.

— A área técnica (dos Correios) analisou o valor e o considerou razoável.

Não há como fazer qualquer alegação sobre superfaturamento — assegurou David de Matos, acrescentando que a decisão está sustentada por parecer do Tribunal de Contas

da União (TCU) e que, em pregões eletrônicos, não há vedação para que o valor do contrato supere o estipulado previamente.

Matos, que é último indicado por Erenice Guerra ainda no governo, negou que esteja sofrendo pressão para se afastar do cargo e disse que permanecerá se o Palácio do Planalto concordar: — Enquanto o presidente Lula demonstrar confiança em mim, vou ficar, porque acho que tenho ainda a ajudar os Correios.

O jornal O Estado de São Paulo de 14/10/2010 publicou notícias sobre os contratos da MTA com os Correios que indicam mais uma vez que a empresa é controlada por estrangeiros, em desacordo com a legislação nacional:

### **Sob investigação, MTA pede autorização da Anac para viajar a Miami**

A MTA está no centro da crise que derrubou Erenice Guerra da Casa Civil

Leandro Colon, de O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Sob investigação da Polícia Federal, a Master Top Linhas Aéreas (MTA) pediu oficialmente à Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) autorização para fazer voos extras para Miami. A cidade dos EUA é sede do grupo Centurion, do empresário argentino Alfonso Rey, dono oculto da MTA, e que, na prática, aluga os aviões para a empresa funcionar no Brasil e fazer transporte de carga para os Correios.

A MTA está no centro da crise que derrubou Erenice Guerra da Casa Civil. Um filho dela, Israel, fez lobby e cobrou propina para ajudar a empresa dentro do governo. A empresa MTA não vem cumprindo os contratos milionários com os Correios e caminha para fechar as portas. Na terça, um dia antes do pedido da Anac, o Estado revelou que a empresa, sem dinheiro para abastecer os aviões, vem procurando fornecedores para fazer acordos. O argentino Alfonso Rey também já havia sinalizado que, se não houver melhora nos negócios com os Correios, pretende retirar os aviões do Brasil. São pelos menos quatro aeronaves "alugadas" por ele à MTA, segundo os contratos de leasing revelados pelo Estado em setembro.

O pedido feito à Anac pode ser o primeiro passo para que a MTA consiga retirar as aeronaves do País. Oficialmente, a empresa tem o aval para fazer dois voos regulares de ida-e-volta para Miami por semana, com datas e plano de voo determinados para retorno. Agora, a empresa pede autorização para realizar 30 voos em três meses, o que abre possibilidade de levar as quatro aeronaves com prazo mais flexível para suposta volta ao País. Segundo a Anac, o pedido será levado agora para as autoridades americanas, que decidirão com a MTA em Miami sobre o assunto.

Na semana passada, o Estado revelou que a MTA perdeu na Justiça o contrato de R\$ 44,9 milhões que havia ganho com uma liminar. Na verdade, ela venceu a licitação em julho, mas não entregou documentos no tempo exigido. Foi desclassificada e recorreu à Justiça, onde garantiu uma liminar.

Enquanto o negócio estava sendo decidido pela disputa judicial, os Correios fizeram um contrato de emergência de R\$ 19 milhões com a própria MTA, com vencimento em novembro. Agora, com a derrota na Justiça, a empresa perdeu esse contrato e deixou de ter o de R\$ 44,9 milhões, que passou a ser operado pela Rio Linhas Aéreas. A linha licitada é uma das mais estratégicas para os Correios, porque representa 13% do valor total da malha e 14% da capacidade de carga contratada.

Desde maio, a empresa já vinha sendo multada por atrasos na operação das linhas. Até agosto, teve pelo menos R\$ 1,1 milhão aplicado em multas. Nesse montante, ainda não estão contabilizadas as penalidades aplicadas em setembro e outubro, meses em que a situação ficou crítica - antes de executar as multas os Correios dão direito de defesa à empresa.

O nome da MTA apareceu pela primeira vez no cenário político em 29 de agosto, quando o Estado revelou que o então diretor de operações da estatal, coronel Eduardo Artur Rodrigues Silva, dirigiu nos últimos anos a empresa contratada pelo governo. O coronel

pediu demissão em 20 de setembro, depois de o Estado revelar que ele é testa de ferro do argentino Alfonso Conrado Rey, um empresário que mora em Miami, verdadeiro dono da MTA.

Também no jornal O Estado de SP de 14/10/2010:

#### **Correios devem mudar após eleições, diz ministro**

Paulo Bernardo conclui diagnóstico sobre estatal, no qual sugere o fim do loteamento político de cargos e novas regras para contratos

Lu Aiko Otta / Vera Rosa BRASÍLIA

Interventor informal dos Correios, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse ontem ao Estado que a empresa poderá sofrer mudanças após as eleições. "Está próximo o processo de sucessão. Imagino que, já na transição, vai se discutir o que será feito ali", afirmou Bernardo, que concluiu um relatório-diagnóstico sobre a situação da estatal, a ser entregue ao presidente Lula em novembro.

Entre as recomendações está a redução do loteamento político para que as diretorias regionais passem a ser ocupadas por funcionários de carreira. Nos bastidores, as demissões do atual presidente dos Correios, David José de Matos, e do diretor comercial, Ronaldo Takahashi, são dadas como certas. Às vésperas do segundo turno, Bernardo evitou jogar combustível na crise. "As pessoas atacam muito o presidente (Matos), mas é bom lembrar que ele entrou lá há três meses".

Matos chegou ao posto pelas mãos da ex-ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, de quem é amigo. Takahashi também é ligado a ela - nos corredores, é chamado de "diretor-ministro". O presidente dos Correios comandou uma licitação considerada irregular pelo Ministério Público, que resultou na contratação da empresa aérea Total por um valor R\$ 2,8 milhões acima do estabelecido em edital, conforme informou o Estado no domingo.

A "blindagem" contra indicações políticas proposta por Bernardo não vai atingir a cúpula da estatal. "Uma coisa é, na composição de governo, ter influência para nomear um diretor, para nomear o presidente", disse o ministro. "Outra coisa é regionalizar essa influência e isso gerar conflito na empresa."

Será sugerida a mudança no estatuto da empresa. Atualmente, o presidente dos Correios comanda também o Conselho Administrativo. A proposta é que o conselho passe a ser ocupado pelo ministro das Comunicações ou algum secretário da pasta, a exemplo do que ocorre com as outras estatais.

Outra constatação do relatório de Bernardo é que a regulamentação sobre a prestação de serviços de transporte de carga aérea precisa ser modificada para evitar novos escândalos, como o das contratações da Total e da Master Top Linhas Aéreas (MTA), que pagaria "taxa de sucesso" ao filho de Erenice, Israel, sobre o valor de contratos.

Hoje, os contratos são de um ano, prorrogáveis por até cinco, período considerado curto. "Como as empresas sólidas não querem entrar, você fica sujeito a novatos ou empresas improvisadas", disse Bernardo. Uma possibilidade é passar a permitir contratos de dez anos. Outra é os Correios criarem sua própria transportadora aérea, projeto de Erenice e dos donos da MTA. "Isso é uma polêmica maior", comentou o ministro. "O presidente (Lula) já resolveu que não vai fazer isso."

No jornal O Globo, de 14/10/2010:

#### **Polícia Federal pede mais prazo para investigar escândalo Erenice Guerra**

Delegado envia à Justiça inquérito sobre tráfico de influência na Casa Civil

Jailton de Carvalho

BRASÍLIA. A Polícia Federal enviou ontem à Justiça Federal o inquérito sobre o suposto envolvimento de Israel Guerra, filho da ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra, em tráfico de influência.

Entre os documentos, o delegado Roberval Vicalvi incluiu um pedido de mais prazo para aprofundar as investigações.

Quando receber os documentos de volta, Vicalvi deverá definir as datas dos depoimentos de Erenice e de outras pessoas citadas nas denúncias sobre tráfico de influência na Casa Civil e em outras áreas do governo.

Até o momento, a polícia já interrogou 15 pessoas, entre elas os irmãos Israel e Saulo Guerra e o advogado Vinícius Castro, ex-assessor de Erenice na Casa Civil.

A Polícia Federal também deverá pedir à Justiça autorização para acessar, fazer cópias e perecer os computadores usados pela ex-ministra Erenice, Castro e Estevan Carneiro Mendonça Knezevic, funcionário do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), também suspeito de envolvimento em tráfico de influência.

A praxe da não observância das regras do serviço público, da transparência e da probidade administrativa, parece estar presente, a todo momento, envolvendo servidores públicos vinculados às ex-ministras Dilma Rousseff e Erenice Guerra:

O jornal Folha de São Paulo, em sua edição de 11/10/2010 publicou:

### **“Acupunturista de Dilma ocupa cargo na Casa Civil**

Contratado como "assessor técnico" no ano passado, Gu Zhou-Ji ganha R\$ 4.000 para atender aos servidores

Assessoria diz que ele pode ter acompanhado sessões feitas pelo pai; Zhou-Ji nega receber do governo para atendê-la

MATHEUS LEITÃO

MÁRCIO FALCÃO

ANDREZA MATAIS

DE BRASÍLIA

A Casa Civil, sob o comando da candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, contratou o filho do acupunturista dela e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Gu Zhou-Ji, que ajuda o pai no atendimento à candidata, ganha R\$ 4.000 por mês para atender servidores da pasta.

A princípio, Zhou-Ji foi nomeado como "assessor técnico" em outubro de 2009. Em abril de 2010, parou de exercer função burocrática e passou a aplicar suas técnicas terapêuticas, como ele mesmo explicou à Folha

, nos "funcionários e seus dependentes". Dilma deixou o governo no final de março.

Mas o serviço de Zhou-Ji não se restringe à Casa Civil. Como assistente do pai, o acupunturista Gu Hanghu, ele ajuda no atendimento à candidata Dilma.

Segundo Zhou-Ji, ela recebe atendimento duas vezes por semana na casa dela ou no consultório do pai, em sessões particulares, para combater "o estresse" e para "recuperação do corpo" após o tratamento do câncer linfático que teve no ano passado.

É mais para a manutenção mesmo", disse ele. A assessoria de Dilma informou que Zhou-Ji pode ter acompanhado sessões terapêuticas do pai com a candidata.

Zhou-Ji nega que receba da Casa Civil para atender a petista. Segundo ele, as consultas da petista ocorrem nos finais de semana ou fora do horário de expediente. De acordo com a revista "Veja", ele tem privilégios na Casa Civil, com "horário flexível" de trabalho. Ele nega.

Especialista na medicina tradicional chinesa, Zhou-Ji é formado pela universidade de Xangai, e também faz massagem terapêutica.

Perguntado sobre o que faz na Casa Civil, diz: "Essa parte você tem de perguntar no Planalto. Eles já tem uma resposta direitinha. Primeiro, fui contratado como assistente técnico. Mas como apresentei diploma em acupuntura, passei a atender."

A então ministra Erenice Guerra, que deixou o governo após acusações de tráfico de influência, utilizava os serviços de acupuntura, segundo Zhou-Ji:

"Ela estava com problema de coluna e não frequentava só a minha sala, tinha outros atendimentos médicos", disse. Erenice assinou a nomeação do acupunturista.

Zhou-Ji disse não ver conflito de interesses no fato de o pai atender o presidente Lula e ele trabalhar no Planalto. "Uma coisa é fazer tráfico de influência e ganhar R\$ 100 mil por mês. Eu ganho R\$ 4.000, sou bom no que faço, mal consigo pagar o colégio de dois dos meus três filhos".

Ao lado do pai, ele já viajou como "convidado especial" do governo à China, em maio de 2004, na comitiva de Lula. Ele já recebeu R\$ 4.000 em diárias de viagens.

Segundo Zhou-Ji, cerca de 100 servidores já são pacientes registrados em seu consultório no Planalto."

No jornal O Globo, de 12/10/2010:

## **Filho de acupunturista de Lula e Dilma trabalha no Planalto**

Luiza Damé

BRASÍLIA. No debate de anteontem, a candidata petista, Dilma Rousseff, ao comentar o caso Erenice, declarou ser contra a contratação por critérios de parentesco e amizade. Mas o filho do seu acupunturista e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva trabalha desde outubro do ano passado no serviço médico da Presidência.

Lotado na Coordenadoria de Saúde da Presidência, Gu Zhou Ji foi contratado quando Dilma era a ministra da Casa Civil, com salário de R\$ 4 mil. Inicialmente, ele prestava serviços burocráticos, mas desde abril faz acupuntura e massagem nos servidores do Palácio do Planalto.

Desde a contratação, Gu Zhou Ji recebeu R\$ 4.659 de diárias por viagens no Escav (escalão avançado) — grupo de servidores que faz o reconhecimento dos locais, no Brasil e no exterior, onde o presidente terá eventos e prepara a chegada de Lula. Uma das viagens foi para Kiev (Ucrânia), em dezembro do ano passado.

Formado em medicina tradicional chinesa pela universidade de Xangai, Gu Zhou Ji chegou ao governo por indicação do chefe do serviço e médico do presidente, Cleber Ferreira. Ele tem jornada de oito horas diárias, mas na tarde de ontem ninguém atendia o ramal da sua sala. Pela manhã, segundo funcionários do serviço médico, Gu Zhou Ji estava no Planalto.

Gu Zhou Ji também não estava no consultório do pai, Gu Hanghu, que atende Lula desde o início do governo. Gu Hanghu também atende Dilma, algumas vezes auxiliado pelo filho. O acupunturista, a esposa e o filho circulam com desenvoltura pelo poder. No início do governo, Lula jantou na casa de Gu Hanghu. Em março, o casal e o filho foram ao aniversário do petista José Dirceu, deputado cassado e ex-ministro da Casa Civil. Em maio de 2004, na viagem de Lula à China, pai e filho integraram a comitiva.

Gu Zhou Ji tem cerca de cem pacientes no Planalto e, quando ainda era ministra da Casa Civil, Erenice Guerra frequentava o consultório do acupunturista. O GLOBO procurou Gu Zhou Ji na Coordenação de Saúde do Planalto e no consultório do pai, mas ele não retornou os telefonemas.

O conteúdo dessas reportagens envolvendo serviços particulares prestados por servidores públicos deve ser imediatamente investigado, principalmente

considerando que o servidor Gu Zhou-Ji, foi nomeado em cargo comissionado na Administração Pública, para cumprir carga horária de 40 horas semanais, conforme ato de nomeação e informações constantes do Portal da Transparência da Presidência da República, no site [www.transparencia.gov.br](http://www.transparencia.gov.br). No entanto, segundo reportagem da Revista Veja, também denunciando o assunto, Gu Zhou-Ji afirmou que ele fica à disposição da candidata Dilma Rousseff, ao asseverar: “Eu espero o pessoal dela ligar e, quando chamam, nós vamos, eu e meu pai”. Afirma também que: “Agora, durante a campanha, está um pouco corrido e **depende de sobrar um tempinho na agenda dela**”, diante disto não restam dúvidas de que o servidor fica inteiramente à disposição da candidata, dependendo, inclusive, da agenda dela.

O fato indica, também, que a ex-ministra Dilma Rousseff, mesmo totalmente desligada da Administração Pública, continuaria se utilizando da máquina estatal para proveito pessoal, beneficiando-se de serviços prestados por servidores que deveriam estar em horário de trabalho, para atender necessidades pessoais.

As condutas descritas pelas notícias ora encaminhadas a Vossa Excelência, apontam para um grande esquema de corrupção que precisa ser investigado e para um alto grau de lesividade tanto à moralidade quanto ao erário público, exigindo desse órgão investigatório todas as medidas cabíveis para eluciar os fatos e punir os envolvidos. Ainda, a dinâmica das narrativas deixam claro que toda as condutas criminosas possuem, em sua gênese, estrito vínculo com a candidata à presidência, Dilma Rousseff, então ministra de Minas e Energia e posteriormente Ministra da Casa Civil.

Ante o exposto, requerem os representantes:

- a) a instauração do competente procedimento investigatório, para apuração dos crimes descritos nesta representação;

b) a instauração de inquérito civil público para a elucidação dos fatos e a conseqüente formalização de ação de improbidade administrativa contra os envolvidos;

c) a adoção de todas as demais providências que Vossa Excelência considerar necessárias à defesa da ordem jurídica vigente, mormente com relação ao uso da máquina Estatal para proveito pessoal e partidários, implementados a partir das condutas descritas nesta e nas demais peças apresentadas.

Termos em que pedem deferimento.

Brasília, 18 de outubro de 2010.

**DEPUTADO JOÃO ALMEIDA**

**SENADOR ALVARO DIAS**

**DEPUTADO GUSTAVO FRUET**

**DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN**